

**POLÍTICAS DA VOZ NO DISCURSO POLÍTICO:
EFEITOS DA SUBSTÂNCIA DA EXPRESSÃO
NO HORÁRIO DE PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA**

Carlos Piovezani Filho (UNESP)

INTRODUÇÃO

Talvez, o tão reiterado prelúdio do evangelho de João possa servir de pretexto contrafeito para ilustrarmos inicialmente a ironia de nossa proposta ou para afastarmos a gravidade de nosso intento: “*No princípio era o Verbo [...] E o Verbo fez-se carne, e habitou entre nós...*”. Antes de o verbo fazer-se carne, antes que ele habitasse entre nós, deu-se a corrupção do corpo e a “queda” do homem. Também no *Fédon*, o corpo foi igualmente condenado: origem capital de todo erro e empecilho maior no caminho da verdade. Ora, tendo sido feito carne, o **verbo encarnado** não poderia, pois, ser ainda concebido como se fosse incorpóreo.

Durante muitas décadas, houve na Lingüística a primazia pelas formas da língua, em detrimento das substâncias do corpo e da voz: “*la langue est une forme et non une substance*” (Saussure, 1995: 100). A partir dessa “predileção”, assentada no postulado saussuriano, enfatizado, entre outros, por Roman Jakobson e por Louis Hjelmslev, cada um à sua maneira, deu-se a consolidação da tradição estruturalista nos estudos lingüísticos contemporâneos. Mentes brilhantes, critérios de cientificidade e rigor metodológico promoveram, sem dúvida, vultosos avanços na Lingüística, desde o final do século XIX e início do século XX (mais: segundo não poucas opiniões prestigiadas, Ferdinand de Saussure instaurou um “corte epistemológico”, estabeleceu uma ruptura no campo das idéias lingüísticas, inaugurou uma ciência...); mas, novos tempos e novos objetos impele-nos a reflexões epistemológicas e, por extensão, a inflexões teórico-metodológicas ou, ao menos, exigem que estejamos atentos às “novas” propostas e que não desprezemos *a priori* “antigos” saberes (a Retórica, por exemplo).

Herdeira dessa tradição estruturalista, a Análise do discurso, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux, parece ainda não ter explorado em toda sua extensão um ponto sobre o qual a retórica da

Antigüidade greco-latina e a da Idade Clássica (século XVII), a seu modo, já haviam ponderado. Possivelmente, em função de preceitos epistemológicos próprios de seu tempo e da conservação da predominância da modalidade escrita, a AD tenha parcialmente se desobrigado da *actio*, em favor da constituição histórica e da formulação lingüística dos discursos. Surgem, portanto, em seu interior, tendências a conceber a forma sem sua substância, a fala sem seu corpo e o verbo sem sua voz. Não precisaríamos, então, de uma "lingüística da substância"? Ou, ao menos, de uma "AD da matéria"? Eis aqui, por isso, duas frases de efeito que sintetizam nossa perspectiva: a) Os sentidos do corpo não são insensíveis ao corpo dos sentidos; e b) Se os discursos e seus efeitos constituem-se na materialização das formas na história, eles não são, entretanto, indiferentes às suas próprias substâncias.

Sem nos enveredarmos pelas questões de atribuição justa ou injusta do estatuto de precursor concedido a Saussure ou pelas polêmicas em torno de sua dupla existência (o do CLG e o dos anagramas e dos manuscritos), mas, detendo-nos tão-somente no legado de certa tradição lingüística, apontamos, na esteira de outros que já o fizeram, uma das "exclusões" saussurianas reiterada nos desenvolvimentos de diferentes vertentes do estruturalismo lingüístico, a saber, a substância fônica da fala, e sugerimos sua relevância quando se trata de tentar compreender a constituição dos efeitos de sentido e das identidades nas enunciações orais, em geral, e no discurso político televisivo, em particular. Tencionamos proceder diferentemente dos enfoques que privilegiam as relações necessárias, arbitrárias ou funcionais entre os planos da expressão e do conteúdo, entre o som e o sentido. Por essa razão, focalizaremos, pelo viés discursivo, algumas relações entre os elementos vocais da elocução oral no discurso político televisivo e a produção de certos efeitos que deles derivam.

Antes de passarmos efetivamente às considerações sobre certas metamorfoses do discurso político e de emprendermos uma breve análise de um dos programas de José Serra, transmitido na última semana do Horário Eleitoral Gratuito, referente ao Segundo Turno das eleições presidenciais de 2002, gostaríamos de enfatizar que não ignoramos os desenvolvimentos de algumas áreas da Lingüística – particularmente, os avanços da Análise da Conversação –, no que respeita à sua reflexão sobre a voz como elemento paraverbal das in-

terações verbais. Contudo, acreditamos que, em proveito dos dados contextuais, conforme é próprio da perspectiva etnometodológica que lhe subjaz, a Análise da Conversação amiúde desconsidera as diferentes temporalidades da história, enquanto a Análise do discurso (supostamente...) as situa ou, ao menos, deveria situá-las no centro de suas reflexões. Talvez, essa possa ser uma de suas contribuições aos estudos lingüísticos no tocante à busca de algumas relações entre os sons, os sentidos e os sujeitos.

PERSPECTIVAS E ANÁLISES DO DISCURSO POLÍTICO

Em seus últimos textos, Michel Pêcheux fala das mudanças do discurso político, reiterando que esse campo discursivo estava, já naquele período, decididamente midiaticizado. A "língua de madeira" (dura e hermética) havia se transformado em "língua de vento" (flexível, cotidiana, mas quase nada referencial) e as eleições pareciam cada vez mais manifestações esportivas transmitidas pelas mídias. As modificações dos objetos de análise já haviam imposto transformações teóricas e metodológicas. Mas, apesar das sugestões de Pêcheux, ainda não era chegado o tempo de considerar, de fato, o discurso político no tempo das mídias.

É a partir daí que J.-J. Courtine, depois de ter trabalhado, no final dos anos 70/começo dos anos 80, sobre um *corpus* de discurso político escrito, conforme se fazia tradicionalmente em AD (Courtine, 1981), vai deslocar seu enfoque teórico e alterar consideravelmente seus procedimentos analíticos em direção às perspectivas históricas e antropológicas, sem negligenciar as inovações tecnológicas; ele postulará igualmente que "fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras, a profundidade complexa dos índices de um passado" (Courtine, 1989: 37). Além disso, não é possível fazer a mesma AD quando se trata de analisar o discurso político tradicional escrito e quando se trata de considerar o discurso político transmitido pela televisão, no qual, em conjunto com a linguagem verbal, o corpo e a voz, as imagens e a tela participam da produção dos sentidos.

No Brasil, os trabalhos mais sólidos e mais relevantes sobre o discurso político debruçaram-se sobre *corpora* escritos ou orais que

foram transcritos. É preciso mencionar, entre esses estudos, as análises de Haquira Osakabe, *Argumentação e Discurso Político* (1979), de Eni Orlandi, *A linguagem e seu funcionamento* (1983) e de José Luiz Fiorin *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988; numa conjunção entre alguns fundamentos da AD e uma forte base de semiótica greimasiana); mais recentemente, destacam-se o trabalho de Freda Indursky, *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997) e de Mônica Zoppi-Fontana, *Cidadãos Modernos. Discurso e representação política* (1997). Embora a pertinência analítica e histórica desses estudos seja incontestável, existe ainda, segundo cremos, uma imperiosa necessidade de alargar o domínio dos objetos de análise pertinentes.

Na França, seguindo o percurso de publicação da revista *Mots. Les langages du politique*, ao longo das duas últimas décadas, constatamos claramente uma inflexão quanto aos objetos e aos enfoques concernentes ao discurso político, considerando o paradigma midiático. Pensamos, particularmente, nos números 20 (1989), 40 (1994) e 67 (2001), consagrados às relações entre a política e as mídias e/ou aos suportes midiáticos, que, de certo modo e com algumas lacunas, ultrapassam a tendência lexicométrica (estatística sobre o vocabulário e, posterior, interpretação) predominante nos números anteriores. Entretanto, algumas das recentes obras sobre o discurso político, como por exemplo, *Le discours politique: les masques du pouvoir*, de Patrick Charaudeau (2005), não contemplam a dimensão histórica de longa e média duração, ignoram alguns dos traços antropológicos da fala política e, sobretudo, deixam de lado, ou, ao menos, minimizam a relevância dos *médias* que manifestam o discurso político contemporâneo. No contexto francês, não podemos negligenciar ainda a atual efervescência dos trabalhos lexicométricos de Damon Mayaffre (2000 e 2004) que, justificadamente, suscitam menos entusiasmo do que reticências e críticas.

UMA SILHUETA, UM ROSTO E UMA VOZ

Evidentemente, as condições de produção do discurso e, por consequência, do discurso político contemporâneo, englobam um grande número de razões, causas e fatores que possibilitam, constroem e caracterizam o discurso: assim, encontram-se indissocia-

velmente relacionados as razões antropológicas e históricas próprias à sua constituição, as causas conjunturais que condicionam sua formulação simbólica, manifesta em gêneros do discurso, enunciados, fórmulas, imagens e sintagmas, e os fatores materiais que regulam sua circulação. Todavia é possível acentuar (certamente, não de modo exclusivo) um desses âmbitos, conforme tentamos fazê-lo aqui, destacando a instância material de transmissão dos discursos, ou seja, a substância fônica da expressão do discurso político na mídia.

O deslocamento do discurso político da tribuna para a televisão assinala a inversão de certo paradoxo: no palanque, o orador político tradicional está, como o descreve Courtine (1989), sob a proximidade do olhar da multidão que assiste à *performance*, de modo que o conjunto dos ouvintes instaure com o político uma relação fundada sobre uma “distância próxima”; inversamente, na televisão, o político está submetido a um “olhar aproximado” do telespectador-eleitor, que, de certa maneira, não está lá, ainda que esteja. Numa palavra, trata-se de uma relação de “proximidade distante” (Courtine, 1989: 72-73). Com efeito, as inovações tecnológicas, em conjunto com uma série de transformações históricas de diferentes durações, parecem ter contribuído para o advento de mudanças bastante significativas nas práticas de produção e de interpretação dos discursos políticos.

Essa “proximidade distante” corresponde a uma distância de intimidade, característica da linguagem televisual, na qual o telespectador é instalado. Se os contatos face a face das interações de terreno promovidas pelo discurso político no palanque consistem num encontro “real” do ator político com um auditório, na televisão, esse encontro é produzido sob a forma de uma “ilusão”. Entretanto, ao mesmo tempo em que o dispositivo midiático impede, pelas propriedades de seu funcionamento, a assimilação do corpo “real” da percepção⁹, ele produz efeitos de real, sobretudo graças à sua capacidade de associar a imagem ao movimento e ao som.

⁹ Não queremos aqui entrar na querela milenar que remonta dos “estruturalismos X fenomenologias”, dos prelúdios do século XX até hoje, aos “nominalistas X realistas”, da Idade Média, ou, ainda, aos partidários do “inteligível” ou do “sensível”, da Antiguidade Clássica; apenas gostaríamos de ressaltar o fato de que, nesse caso, se trata da reprodução, mesmo que “ao vivo” da imagem do político e não de sua presença “em carne e osso”.

O corpo político/do político na tevê é, portanto, uma imagem procedente de parâmetros técnicos visuais, das escolhas de *mise en image* efetivadas pela instância de realização, e do investimento antropológico e histórico que lhes são atribuídos: escalas dos planos, ângulos, enquadramentos, movimentos de câmera etc. Trata-se, enfim, de **uma silhueta**, cujos gestos e movimentos foram suavizados e controlados, na conjunção de um processo histórico de longa duração e da emergência de novas tecnologias. Além disso, uma vez considerada a predileção televisiva pelos planos aproximados; e seguindo as distintas, mas, complementares sugestões de Courtine (1989, 2003) e de Coulomb-Gully (2001), podemos dizer que o corpo político é antes de tudo **um rosto**: no começo dos anos 80, o então candidato à Presidência da França, François Mitterrand, limava seus caninos superiores; enquanto, em 2002, o presidente Lula, também ele então candidato, não somente limou os dentes, mas ainda cortou os cabelos e aparou consideravelmente a barba.

Uma silhueta e um rosto, sem dúvida; mas não só... Considerando que a televisão é um **medium áudio-visual**, o político é também **uma voz**. Amiúde, uma escrita-falada (com uma série de efeitos que daí advém, cujo começo ou limite é a oposição entre a “viva voz” e a “letra morta”). A passagem dos gestos largos do orador político na tribuna aos meneios expressivos, mas rigorosamente controlados, na televisão, corresponde às transformações da voz: **pulmonar**, quando se materializava por meio das cordas vocais, ela passa a ser **amplificada**, com a invenção do microfone, e, posteriormente, **capturada e transmitida**, no rádio e na tevê. Uma das conseqüências desses avanços técnicos é que a gravação da imagem e do som abriu a possibilidade de um olhar sobre si e de uma escuta de si, e, por conseguinte, de uma auto-correção.

Em nossos dias, a voz foi suavizada paulatina e progressivamente, diferentemente dos tempos em que a bela voz de Ésquines era ouvida e admirada nas assembléias de Atenas; do período no qual Dom Pedro I teria, num amplo gesto, levantado a espada ou o chapéu (conforme as variações na história e na iconografia), e gritado, de viva voz e a plenos pulmões, o tão célebre “*Independência ou morte*”; da época, enfim, em que Lamartine podia, sem microfone, se fazer ouvir pela multidão e apassivar a fúria dessa massa que cercava o *Hôtel de Ville*. A intensidade vocal se abrandou, os tons e a curva

melódica foram amainados. O aspecto tonitruante de algumas vozes do cinema e da televisão praticamente desapareceu e as falas dos homens políticos seguiram por caminho análogo, quando de sua adaptação à linguagem audiovisual.

Considerando os efeitos da voz, Coulomb-Gully avança a seguinte hipótese:

Lembremos que a televisão se caracteriza por uma forma de escuta provavelmente menos atenta às palavras pronunciadas e à sua significação que aos sons. Mais que **verbocêntrica**, a televisão é **vococêntrica**. Além ou, antes, aquém da significação do que é dito, percebemos a voz na sua materialidade: a carne da voz sob o sentido das palavras. (2001: 103-104; grifos da autora)

Diferenças de espaço e tempo, diferenças do verbo, do corpo e da voz. Reconfigurações do objeto privilegiado de uma disciplina que nasceu analisando-o e que, no entanto, nem sempre considerou suas metamorfoses capitais. Por essa razão, apostamos na viabilidade de um enfoque que integre à AD, fundamentos da História Cultural e da Antropologia Histórica, ao qual, na esteira de Courtine (1989), designamos de **semiologia histórica** do discurso político contemporâneo. Talvez fosse interessante reler, à luz da teoria discursiva, os preceitos da Retórica Clássica que comportava, sem quase nunca dissociá-las, a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio*, a *actio* e a *memoria*. Assim, seria possível contemplar não apenas a história e a memória dos discursos e sua formulação, mas também sua transmissão e circulação. Noutros termos, é preciso que não nos esqueçamos que, diferentemente dos anjos que transmitem a palavra de Deus sem nenhum desvio, sem nenhuma alteração, a infidelidade involuntária, porque constitutiva, de Hermes não é sem efeito sobre os efeitos de sentido.

Passemos agora à análise, conforme dissemos, de um dos programas de José Serra veiculado no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, por ocasião das eleições presidenciais de 2002, com o intuito de evidenciarmos alguns dos usos da voz na produção discursiva, em consonância com outras materialidades e linguagens, que poderiam ser proficuamente descritos e interpretados, segundo sustentamos, por uma “semiologia histórica”.

BREVE EXERCÍCIO ANALÍTICO
E ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Constantemente submetido a desconfianças e denúncias, visto que a origem de sua força é também o princípio de sua debilidade, visto que suas *fides* e *auctoritas* advêm de onde brotam dúvidas e dúvidas, o campo político caracteriza-se por uma incessante busca de credibilidade e legitimidade. O capital simbólico no universo político consiste numa espécie de crédito fundamentado na crença e no reconhecimento e, por essa mesma razão, torna-se facilmente suscetível às suspeitas e aos escândalos.

Quase tão antigas quanto os diversos gêneros de discursos políticos que já atravessaram a história, são as críticas que lhes são infligidas. O discurso político parece sempre ter carregado a pecha de mentiroso. Uma das razões desse estigma é o contraste entre o que se fala e o que se faz no âmbito da política. Diante desse descrédito sofrido pelo discurso político, quando confrontado à eficiência de uma ação efetiva, que poderia ser sintetizada numa sequência bastante corriqueira como “Esses políticos só **falam**, mas não **fazem** nada!”, uma das estratégias mais freqüentes de seu enunciador é a de antecipar-se ao preconceito que lhe ronda, tentando construir para si um *ethos* competente e empreendedor. Podemos observar um exemplo desse estratagema discursivo, na campanha de José Serra à Presidência da República, em 2002. Numa passagem de seu programa, na última semana do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, depois de uma intervenção do próprio candidato, na qual ele diz: “Pra governar bem o Brasil, é preciso governar junto com os municípios. Só assim, chegaremos até você. Esta convicção **não é discurso não**; é o que **eu sempre fiz** na vida pública [...]”, e do depoimento elogioso de Cirilo Pimenta, então Prefeito de Quixeramobim (CE), sobre a atuação de José Serra no tocante à descentralização dos serviços e recursos federais, surgem aos nossos olhos e chegam aos nossos ouvidos os seguintes enunciados:

Serra disse que ia lutar pelas prefeituras.
DITO E FEITO

(sempre seguido da narração, composta pela elocução verbal do locutor da campanha, acompanhada invariavelmente de fundo imagético e musical, que relata as supostas realizações do candidato no domínio abor-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

dado, quando ele era Deputado Federal, Ministro do Planejamento ou Ministro da Saúde)

Serra disse que ia ampliar o Programa Saúde da Família.
DITO E FEITO

Serra disse que ia cuidar das pequenas cidades.
DITO E FEITO

Serra disse que ia lutar pelos mais necessitados.
DITO E FEITO

Serra disse que ia melhorar as condições de higiene das pessoas.
DITO E FEITO

Serra disse que ia investir em esgoto sanitário.
DITO E FEITO

A seqüência do programa apresenta o depoimento do Prefeito de Coxim (MS), seguido de um breve comentário da apresentadora da campanha e de uma fala do próprio candidato. Essas intervenções insistem no conhecimento e na experiência de José Serra. Em seu conjunto (depoimento + série “Serra disse... DITO E FEITO” + depoimento + comentário da apresentadora + fala de Serra), essa passagem produz o efeito de um candidato que, já dotado de um saber-fazer e de um poder-fazer “comprovados”, apenas precisa da legalidade, proveniente do resultado das urnas, para assumir a função pública pleiteada e, uma vez mais, **fazer** o que **disse**. Aqui se trata, portanto, de pressupor e apresentar uma capacidade, com vistas a conquistar e exercer um direito: respectivamente, credibilidade e legitimidade.

Com efeito, o tema da descentralização do poder federal e do fortalecimento dos municípios perpassa todo o programa de José Serra, do dia 23 de outubro de 2002, sempre atravessado por efeitos de verdade. Dentre as várias passagens do programa que atestam as realizações do candidato no que concerne a esse tema, destacamos dois tipos de intervenções que são ali apresentadas. Nossa escolha não foi aleatória: essas falas aludem, tanto em seu conteúdo quanto em sua expressão, ao recrudescimento da municipalização pretensamente já empreendido e a ser intensificado pelo candidato; ou seja, os dizeres não apenas tematizam a descentralização do poder federal, mas também a revelam pela sua própria “substância da expressão”. Por um lado, temos o conjunto formado pelos depoimentos de Prefeitos de seis diferentes cidades brasileiras, por outro, observamos o

grupo composto pelas breves manifestações de pessoas “comuns”, representantes da diversidade étnico-geográfica, lingüística e cultural do país.

Ressaltemos, primeiramente, algumas diferenças entre esses dois tipos de intervenções, para que, em seguida, sublinhemos suas afinidades. Enquanto os depoimentos dos Prefeitos são proporcionalmente extensos e se caracterizam pela desenvoltura e postura que são próprias dos políticos profissionais e pelo “cenário” indiferenciado – composto por uma espécie de metonímia imagética da bandeira brasileira, na qual se encontra a inscrição “José SERRA, Presidente”, logo acima de três estrelas e onde se situa o tradicional “Ordem e Progresso” –, as falas das pessoas “comuns” são marcadas por sua concisão e pela especificidade das paisagens que as circundam. No que respeita às analogias entre essas declarações, devemos destacar os diferentes níveis de efeitos de espontaneidade (que se intensificam, à medida que se vai do depoimento do político profissional à fala do cidadão “comum”), a harmonia da “voz” e a dissonância das vozes. Por “harmonia da voz”, entendemos o uníssono de “fundo”, o efeito de paráfrase no conteúdo das diferentes intervenções; é como se todos dissessem “a mesma coisa”, ou seja, “José Serra fez muito pelo fortalecimento dos municípios”. Contudo, para dizer “o mesmo” era preciso dizer diferentemente...

Tenta-se corroborar esse conteúdo por meio da substância fônica das manifestações, das marcas identitárias¹⁰ contidas nas diferentes pronúncias que materializam o discurso, sob a forma de uma “dissonância das vozes”. No programa de José Serra, além de algumas particularidades lexicais, os diferentes sotaques expressos nos depoimentos dos Prefeitos [de Suzano (SP), Terezina (PI), Coxim (MS), Boa Vista (RR), Paraty (RJ) e Registro (SP)] e nas falas “populares” [na voz da “gente do povo” de Carazinho (RS), Ananindeua (PA), Monteiro (PB), Saudade do Iguaçu (PR), Recife (PE), São Sebastião (DF), Promissão (SP), São José da Tapera (AL) e Anápolis (GO)] ratificam a onipresença da atuação do candidato e têm sua

¹⁰ Ou, nos termos da Professora Amanda Scherer (2006), “marcas discursivas de identificação”. Apesar de algumas diferenças de perspectiva [enquanto a Professora Scherer reflete principalmente sobre o que chamáramos de “espaço político-regional da pronúncia”, privilegiemos (cf. Piovezani Filho, 2005) o “tempo técnico-histórico da voz”...], seu trabalho foi fundamental para que concebêssemos alguns dos pontos que esboçamos aqui.

singularidade regional reforçada, à medida que contrastam com a pronúncia “padrão”, uma espécie de “grau zero” da ortoepia, das intervenções do locutor do programa, que os intermedeiam, e da fala de Serra, que os segue imediatamente.

O “justo meio”, aliás, não se manifesta somente na “neutralidade” da prosódia do candidato, mas no conjunto de sua apresentação midiática. É preciso não agredir os ouvidos nem desagradar os olhos. A limpidez e a exata articulação da voz de Serra se coadunam perfeitamente com a sobriedade de seu paletó escuro, sobreposto à camisa branca e à gravata de listras comportadas, com a postura equilibrada entre o entusiasmo e a reserva, atravessada pela expressividade pontual dos gestos e pela precisa insistência do olhar. A eloquência bem medida de seu corpo reitera a “verdade” de suas declarações: “Esta convicção **não é discurso não**; é o que **eu sempre fiz** na vida pública [...]”. Seu rosto, na proximidade da tela, torna-se uma via privilegiada para a sinceridade de sua alma, enquanto sua voz, captada e transmitida pela caixa de ressonância, se apresenta como um sopro puro e límpido oriundo de um interior pretensamente muito bem-intencionado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, P. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.

COULOMB-GULLY, M. *La démocratie mise en scènes: télévision et élections*. Paris: CNRS Éditions, 2001.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, n. 62, p. 9-128, 1981.

COURTINE, J.-J. *Corps et Discours: Éléments d’histoire des pratiques langagieres et expressives*. 1989. 102 f. Thèse d’État – Université de Paris X-Nanterre, Paris.

COURTINE, J.-J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. (org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

FIORIN, J. L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Hucitec; Unicamp, 1997.

MAYAFFRE, D. *Le poids des mots*. Le discours de gauche et de droite dans l'entre-deux-guerres. Paris: Honoré Champion, 2000.

MAYAFFRE, D. *Paroles de président*. Jacques Chirac (1995-2003) et le discours présidentiel sous la V République. Paris: Honoré Champion, 2004.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PIOVEZANI FILHO, C. Du discours politique sur l'écran: pour une analyse du discours sous le patronage d'Hermès. (comunicação apresentada no Colóquio *Technologies du langage*: vers la société du savoir. UNESCO, Paris, setembro 2005).

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot & Rivages, 1995.

SCHERER, A. E. Sujeito pela voz. (comunicação apresentada no Grupo de Trabalho de Análise do discurso do *XXI Encontro Nacional da ANPOLL*, PUC/SP. São Paulo, julho 2006).

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos modernos*. Discurso e representação política. Campinas: Unicamp, 1997.